

# Boletim é usado para defesa

BRASÍLIA – Já virou tradição. O presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), desce do carro na chapelaria do Congresso Nacional e uma legião de repórteres, cinegrafistas e fotógrafos o cerca. O assunto tem sido sempre o mesmo: denúncias publicadas na imprensa que Jader tem de rebater.

Na tarde de ontem, a cena se repetiu. Só que, ao invés de usar a tribuna, como na semana passada, ele preferiu divulgar um boletim intitulado “Notícias de hoje 18/06/01 sobre o senador Jader Barbalho”, com a sua defesa às reportagens publicadas ontem, entre elas a do **Jornal do Brasil**.

**Armínio** – Na reportagem do **JB**, o auditor fiscal do Banco Central Abrahão Patrui Júnior, autor do relatório sobre o desvio

de R\$ 10 milhões do Banco Estadual do Pará (Banpará), afirma que está disposto a falar sobre o caso no Congresso Nacional. Patrui alega que Jader, seus parentes e empresas são os beneficiários das aplicações do Banpará. No boletim, Jader divulga trechos de um relatório do Banco Central em que os chefes do Departamento Jurídico dizem que não há provas para indiciá-lo. Depois desse parecer, o BC mudou de posição. O presidente do banco, Armínio Fraga, pediu ao Ministério Público mais investigações sobre o caso.

Em entrevista, o presidente do Senado também alegou não se lembrar de ter recebido 18 ligações telefônicas, em 1999 e 2000, do empresário acusado de desviar R\$ 133 milhões da Sudam, José Osmar Borges, con-

forme matéria publicada na revista *Veja* no fim de semana. “Eu desconheço. Não sei do que se trata”, disse o senador.

Para Jader, tudo não passa de uma “campanha fascista” orquestrada para atingir sua imagem. “São denúncias requentadas. Já estou até acostumado”, afirmou Jader, insinuando que podem partir de aliados de seu desafeto, o ex-senador Antonio Carlos Magalhães. “Parece coisa das viúvas de alguém”, atacou.

O senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) disse se considerar uma viúva de ACM, mas descartou qualquer iniciativa contra Jader. “Se houver alguma investigação no Conselho de Ética, vou tratar com a mesma isenção que tratei o caso do senador Antonio Carlos”, disse o integrante do Conselho de Ética.